

Revista
PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

v. 24 n. 2

Julho/Dezembro 2014

Rio de Janeiro

ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 24	n. 2	p. 289-617	Jul/Dez 2014
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

Determinações históricas e tendências teórico-metodológicas da formação profissional em Trabalho Social “Comahue” da Argentina

Silvia América Mansilla

RESUMO

O artigo constitui um aporte sintético da tese de Doutorado em Serviço Social em relação a algumas determinações histórico-políticas e interlocução marxista nas tendências teórico-metodológicas do ensino universitário da formação profissional de Trabalho Social da Argentina. Na análise correspondeu ao período dos anos 2000 a 2010, à relação de ensino-extensão-pesquisa e as contradições e tensões da formação profissional no âmbito da universidade pública e estatal, tendo como base a crise sociopolítica argentina do início do século XXI. A pesquisa histórica – documental foi realizada no Departamento de Serviço Social da Faculdade de Advocacia e Ciências Sociais da Universidade Nacional de Comahue da Argentina. Conclui-se que a formação profissional de Trabalho Social Comahue é expressão da tensa convivência entre diversas tendências teórico-metodológicas e políticas sendo também resultado de projetos contraditórios e antagonísticos. A radicalização desses antagonismos se baseia na procura de uma ‘formação crítica’, em aliança com os interesses, lutas e organizações políticas e sociais da classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE

Formação profissional.
Trabalho Social.
Tendências teórico-metodológicas.

Recebido em 12/01/15.

Aprovado em 18/05/15.

Historical determinations and theoretical methodological trends of the professional qualification in Social Work “Comahue” Argentina

The article is a summary of the contribution Doctoral thesis in Social Work on some historical-political determinations and Marxist dialogue in the theoretical and methodological trends of university education vocational training of Social Work in Argentina. In the analysis the period corresponded to the years 2000-2010, the teaching-research-extension ratio and the contradictions and tensions of vocational training within the public university and state, based on the Argentine socio-political crisis of the early twenty-first century. Historical research - documentary was held at the Department of Social Work, Faculty of Law and Social Sciences, Comahue National University of Argentina. The training Comahue Social Work is an expression of tense coexistence of different theoretical and methodological and political trends, and it is also the result of conflicting and antagonistic projects. The radicalization of these antagonisms is based on the search for a 'critical education', in alliance with the interests, struggles and political and social organizations of the working class.

KEYWORDS Vocational training. Social work. Theoretical and methodological trends.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 24	n. 2	p. 483-504	Jul/Dez 2014
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

Introdução

Se considerar que o homem é um ser social pelo trabalho, fundante da práxis, é a totalidade de objetividade-subjetividade, é o homem onilateral. “O homem fora da natureza e da história é uma abstração” (HELLER, 1999, p. 37). Em termos marxistas, o papel desenvolvido pela economia política clássica, como ciência burguesa, foi expor as aparências da realidade social, os “efeitos sociais”, ocultar sua essência, a substância do ser social. A educação é compreendida como uma totalidade, o superior ato político do homem social vinculado à unidade de trabalho – educação. A divisão do homem do seu trabalho, suas capacidades e suas necessidades são resultantes da divisão social do trabalho na sua forma histórica e superior da sociedade burguesa. Toda condição humana do homem social é subvertida pela educação organizada pela classe dominante e cada vez mais degradada; porque “a classe que domina materialmente é a classe que domina também com sua moral, educação e suas idéias” (PONCE, 1972, p. 180). Portanto, os projetos pedagógicos são constitutivos dos processos educativo-universitários e seu desenvolvimento na sociedade capitalista contemporânea implica uma análise histórica e dialética a partir de uma concepção social e política crítica.

Do ponto de vista das contradições históricas do ensino superior, o desenvolvimento da formação profissional de Serviço Social/Trabalho Social (SS/T^S)¹ da região “Comahue”² da Patagônia Argentina tem uma trajetória de cinco décadas. Foi na década de 1960 o momento de criação das Escolas de SS/T^S das Províncias de Neuquén e Rio Negro. Esse momento histó-

1 A sigla SS/T^S referência “Serviço Social/Trabalho Social” é utilizada de forma indiferenciada porque na maioria das Unidades Acadêmicas da Argentina o nome da profissão é Trabalho Social e na Universidade Nacional de Comahue mantém o nome Serviço Social.

2 “Comahue”, denominação ‘mapuche’ (língua indígena daqueles que ocupavam essa região) que significa “lugar da riqueza”. A expressão ‘mapuche’ significa: ‘gente da terra’, ‘nativo’.

rico, ancorado na configuração da “Provincialização”³ dos Territórios Nacionais e concomitante com o vertiginoso Movimento da Reconceitualização Argentino e Latino-americano, possibilitou institucionalizar a formação profissional; e a posterior criação da Universidade Nacional de Comahue (UNCo), em 1971, outorgou status profissional nacional universitário.

A formação profissional de SS/TS na Argentina se insere na universidade pública e estatal a partir da Reforma Universitária de 1918 que instaurou uma nova organização educacional e política. As estratégias políticas dos diversos governos militares e democráticos da Argentina diferenciaram a universidade da “questão social”, separaram ensino da pesquisa e extensão e metamorfosearam a direção universitária surgida em 1918. Tudo isso potenciado pela intromissão das diretrizes dos organismos financeiros internacionais em um processo de internacionalização das relações econômicas e sociopolíticas, contrarreformas estatais e intensidade da luta de classes. A institucionalização da formação profissional de SS/TS de Comahue se vinculou as demandas profissionais dos Estados Provinciais e ao processo de acomodação sociopolítica no âmbito universitário e na separação da relação de ensino, extensão e pesquisa.

O início do século XXI na Argentina, a crise sociopolítica e econômica atinge todos os setores da economia, da política social, das relações das classes sociais e o poder do Estado. A universidade pública e estatal condicionada acadêmica e financeiramente pela crise coloca as profissões e ensino superior na procura de fontes de financiamento e debate dos conteúdos de ensino a partir da Lei de Educação Superior (LES). A formação profissional de SS/TS é parte deste movimento de crise e discussões; particularmente, na UNCo, abriram-se polêmicas em torno do papel profissional universitário, dos conteúdos, das reformas curriculares e iniciativas vinculadas às necessidades sociais da classe trabalhadora.

Portanto, na apresentação de três aspectos centrais deste artigo⁴, serão analisadas algumas determinações sócio-históricas e teórico-metodoló-

3 O nome “Provincialização” corresponde à formação das “Províncias” da Argentina. As províncias são equivalentes aos Estados, no Brasil.

4 O presente artigo corresponde a uma síntese revisada da Tese de Doutorado em Serviço Social (2014) intitulada: “Formação Profissional de Trabalho Social da Universidade Nacional de Comahue, Argentina. Análise das tendências teórico-metodológicas do ensino profissional”, da Universidade Federal de Pernambuco (Brasil).

gicas e políticas a partir da interlocução teórica com a teoria marxista, para compreender as condições estruturais e as contradições sociais e educacionais, ao revelar a confrontação de tendências teórico-metodológicas contraditórias, antagônicas no desenvolvimento da formação e necessidade histórica de sustentar a construção do projeto profissional crítico, em movimento e articulação com a classe trabalhadora.

Determinações sócio-históricas da formação profissional de Trabalho Social

Considera-se que o desenvolvimento da formação profissional de SS/TS da região “Comahue” da Argentina se deu a través da criação das Escolas profissionais. Criou-se a Escola de Serviço Social da Província de Rio Negro, em 1963 e transformada em Instituto Superior de Serviço Social, com sede na cidade de Gral Roca (Província de Rio Negro), no ano de 1965. A Escola de Serviço Social de Neuquén do ano de 1966 foi parte da criação da Universidade Provincial de Neuquén em 1964, tendo como antecedente o curso de Técnica de Administração de Programas de Bem-Estar para a obtenção do diploma de Técnico do Desenvolvimento. Este processo de criação regional de Escolas⁵ se produziu no período de “provincialização” dos Territórios Nacionais e do Movimento da Reconceituação.

O processo de “provincialização” significou uma virada nas relações sociais do ponto de vista social, político, econômico, particularmente no que diz respeito à ‘modernização’ do aparelho produtivo, criação dos mecanismos e instrumentos político - jurídicos para instalar o comando do Estado provincial, com diferenças na Província de Rio Negro e de Neuquén. Os Territórios possuíam atraso sociopolítico e econômico e a nova configuração em províncias introduzia a “modernização” burguesa. Destas condições contraditórias resultaram novas correntes migratórias para ambas as províncias no final da década de 1950. Esse processo de “provincialização” dos Territórios Nacionais da Argentina se estabeleceu historicamente nas diversas formas de organização econômica, social e política, segundo a localização dos Territórios Nacionais. Cumpria-se o propósito de preparar as bases organizativas e de estruturação dos estados provinciais no âmbito

5 As duas Escolas de SS/TS – Gral Roca e Neuquén- passaram a integrar só um curso profissional universitário com a criação da Universidade Nacional de Comahue, o qual é ministrado em ambas as cidades, distantes 50 km.

nacional; no entanto, a perspectiva de “provincialização” desses Territórios Nacionais se constituiu em um período político de reestruturação socioeconômica da Argentina, após a II Guerra Mundial, contextualizado pelo acordo de Bretton Woods⁶ e as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) de abertura dos mercados e fluxo de capitais (ROMERO, 2009).

Juan Domingo Perón⁷ ganhou as eleições nacionais em dois períodos consecutivos: 1946 e 1951, e criou o movimento político de escala de massa, fundamentalmente da classe trabalhadora. Em setembro de 1955 Perón foi deposto no contexto das sequelas do desenvolvimento da II Guerra Mundial e dos reagrupamentos das classes sociais. Até hoje, esse movimento político ficou conhecido na história argentina como “peronismo” o qual Repetti (2013) definiu como “peronismo original”⁸. Mas, Perón, antes de sua saída do governo, declarou “Províncias” aos Territórios Nacionais, inclusive a Patagônia, fonte genuína de recursos naturais de hidrocarbonetos e hídricos, fruticultura e complexos de mineração, através da Lei No. 14.408 de 15 de Junho de 1955⁹. Ruffini (2005) adverte que “a provincialização foi concedida na medida em que os Territórios Nacionais foram *“peronizados”* e manifestaram sua adesão doutrinária aos princípios e política justicialista nos primeiros ensaios eleitorais realizados a partir de 1949” (RUFFINI, 2005: p. 6).

6 O acordo de Bretton Woods (Julho de 1944) constituiu-se na reunião internacional de 44 representantes das nações desenvolvidas e subdesenvolvidas no seio da II Guerra Mundial, nos Estados Unidos. Lá se definiu a substituição do padrão ouro pelo dólar como moeda internacional, criou-se o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (denominado inicialmente de Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD -) e se estabeleceu o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT).

7 Juan Domingo Perón, militar - coronel - do exército da Argentina, pertenceu ao Grupo Unido de Oficiais (GOU), onde se expressavam diversas tendências e estratégias políticas. Foi também Secretário do Ministro da Guerra, Edelmiro Farrel, e, posteriormente, Ministro de Guerra (ROMERO, 2009).

8 Repetti Gustavo, Tese de Doutorado em Serviço Social, intitulada: “Reflexões sobre o Serviço Social Argentino: A formação Profissional sob os impactos do Peronismo Original, de 1943 a 1955”. UFRJ, 2013.

9 A antiga Lei Nº 1.532 de 1884, definia que os Territórios Nacionais incluíam La Pampa, Grã Chaco, Misiones, Formosa, Terra Do Fogo, Neuquén, Rio Negro, Chubut e Santa Cruz. Essa Lei estabelecia para a formação municipal e para o tribunal de paz de caráter eletivo a quantidade de mil habitantes de uma localidade, trinta mil habitantes para formar a Legislatura e sessenta mil habitantes para transformar o território em província.

A regionalização do peronismo das Províncias de Rio Negro e Neuquén adquiriram diferenciadas formas políticas e organizativas nos partidos políticos dominantes da região, após a proibição do Partido Justicialista. Na Província de Neuquén, criou-se o Movimento Popular Neuquino (MPN), que dirigiu a política do Estado desde a década de 1960 até a atualidade. A provincialização regional implicou criação e organização da estrutura do Estado e presença estatal no desenvolvimento produtivo para superar o atraso social, a dependência administrativa do Estado nacional e as relações tradicionais. Toda esta complexidade social favoreceu a emergência de conflitos sociopolíticos, com a expressão das ditaduras, rebeliões, convulsões sociais e, particularmente, da rebelião juvenil no cenário político latino-americano e mundial, na década de 1960. A integração do território nacional, agora províncias, à produção capitalista e organização burguesa do Estado impôs a necessidade de institucionalizar uma nova reorganização da educação superior, das profissões, articulada ao desenvolvimento das forças produtivas da região.

Além do mais, a partir das Constituições Provinciais e enfrentamento do quadro de abandono social da classe trabalhadora, os Estados organizaram uma agenda de demandas sociais para as profissões e as áreas da política social, especialmente, nas questões relacionadas à moradia, educação, saúde, família e assistência social; e a contratação de profissionais, técnicos e professores. Neste sentido, as Escolas de SS/TS de Rio Negro e Neuquén vinculadas aos Ministérios de Assuntos Sociais e Saúde e as estratégias político-econômicas dos governos provinciais registraram inúmeras demandas institucionais e respostas profissionais dinamizando o processo social e produtivo regional, o que favoreceu a institucionalização da formação.

No Serviço Social latino-americano emergiu o Movimento da Reconceituação, no período de 1965 até 1975 aproximadamente; processo de questionamento das bases tradicionais teórico-metodológicas pela influência norte-americana, caracterizado como o momento de “florescimento profissional latino-americano” (MOLJO, 2005). Esse questionamento partia da interlocução com categorias marxistas, embora, na Argentina, essa perspectiva marxista do Movimento da Reconceituação houvesse se metamorfoseado “com o ideário peronista e a orientação interna vinculada ao Cristianismo de Libertação”, como expressou SIEDE (2005, p. 23). Par-

ticularmente, na região Comahue¹⁰, o Instituto de Serviço Social de Gral Roca participou decididamente no Movimento da Reconceituação a partir da contratação de Natalio Kisnerman, em 1964 pela Direção do Instituto A. S. Nélide Rajneri de Gamba. Ele teve forte influência na Reconceituação e no posterior processo de mudanças teórico-práticas produzidas na formação regional, até o ano de sua morte, em 2006. Esteve vinculado desde seu início à Democracia Cristã, às relações sócio-políticas com radicalismo¹¹ da Província de Rio Negro e sua participação pública local, nacional e internacional se expressou nos seus laços internacionais, especialmente com o Instituto de Solidariedade Internacional (ISI) da Fundação Konrad Adenauer. Isso significou nos inícios da década de 1970, no momento do projeto de libertação nacional do peronismo, a rejeição da comunidade universitária por considerá-lo uma “intromissão do imperialismo”.

A coincidência da Reconceituação com a luta pela nacionalização da Universidade evidenciou que o questionamento teórico não se vinculou à tradição da obra de Marx, não existiu uma apropriação da teoria social crítica de inspiração marxista. As expressões teóricas influentes da época eram a “teoria de grupos” de Pichón Rivière, a teoria da dependência – através dos autores Teotônio dos Santos, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso-; também Althusser, Marcuse, Lefebvre, Paulo Freire. O processo de Reconceituação regional promoveu mudanças da formação profissional e institucional baseada na “integração metodológica” para intervir na comunidade, prevendo realizar “Assembléias Comunitárias”. O objetivo pedagógico – teórico da “intervenção profissional na comunidade era formar grupos de verdadeiros representantes dos bairros e, por isso, provocavam crises nos grupos já constituídos”¹² (INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL, 1970, p.10). Portanto, esse processo teve a particular expressão de revisão metodológica, baseada na aplicação correta das técnicas; foi uma renovação pragmática e conservadora. O ano 1974 é o momento de finalização da Reconceituação

10 A Escola de Serviço Social de Neuquén esteve mais integrada à perspectiva dos “pólos de desenvolvimento”, estratégia política organizada pelo Conselho de Planificação e Ação para o Desenvolvimento (COPADEV) patrocinada pelo governo do MPN.

11 Radicalismo faz referência ao partido político: União Cívica Radical - UCR.

12 Essas Assembléias da totalidade de bairros onde alunos, supervisores e professores participavam, definiram resoluções em relação à mobilização das comunidades pelas melhorias das condições de moradias, serviços públicos, saúde, etc.

regional. A politização peronista pela ingerência das organizações peronistas na prática pré-profissional e do MPN de Neuquén atravessou a formação profissional universitária, mostrando ambiguidades e confusões entre prática pré-profissional e prática político-partidária, e divórcio entre teoria e prática.

Este período se caracteriza como “*Reconceituação pelo alto*”, diferente do movimento da América Latina. Os professores adotaram uma ‘estratégia comum’ de enfrentamento às demandas sociais da provincialização dos Territórios Nacionais e às disputas interescolas e inter-provinciais no processo de criação da UNCo. Constituiu-se uma mediação profissional e política, sustentada no grande ecletismo teórico, sem exame crítico, vinculando a formação profissional, enquanto fonte da revisão das metodologias; e aprofundou-se o individualismo na profissão e a separação dos métodos em níveis de abordagens do ensino. Esta tendência da centralidade do indivíduo e instituição se mostra dominante no período ditatorial e é intrínseca da ‘estratégia comum’ dos docentes, em um momento histórico de ‘tempo passado’ do Movimento da Reconceituação.

A Formação profissional de Trabalho Social vinculada às transformações da universidade estatal e pública

A educação universitária da Argentina tem seu epicentro de alcance revolucionário com a Reforma Universitária de 1918. A expansão econômica e comercial da Argentina, a conexão de Buenos Aires com as províncias e territórios do interior do país se concretizava através da construção de vias ferroviárias, pontes e caminhos, em correspondência com a necessária urbanização e industrialização que a sociedade capitalista precisava. Era evidente que a constituição das classes sociais e o superior estado do processo produtivo desde a Comuna de Paris haviam estabelecido o novo ponto de partida do regime social. A organização escolástica, colonial, e os conteúdos medievais da universidade contradiziam a própria existência da universidade e suas relações sociais com a sociedade, em um momento histórico de crise, rupturas, avanços científicos e intelectuais, de agitação política e social.

A ebulição social universitária se processou desde as primeiras décadas do século XX na Universidade Nacional de Córdoba (UNC) e Universidade Nacional de Buenos Aires (UBA). Criaram-se os centros de estudantes e a Federação Universitária de Buenos Aires (FUBA) em

1908. Diversas reivindicações¹³ continuaram sem respostas. Buchbinder (2010) mostra a ascensão social da população, pela redução do analfabetismo, 77% em 1869 a 35% em 1914 e a duplicação da matrícula dos estudantes universitários. Os filhos da oligarquia católica eram os que chegavam ao âmbito da universidade. Em 1917, a agitação revolucionária internacional inquietava social e politicamente o movimento estudantil. Aos 15 de Junho de 1918, os estudantes da UNC ocuparam Assembléia Geral, declararam sua própria “revolução universitária” e decretaram greve geral. Essa reforma universitária norteou os movimentos de mudanças universitárias na América Latina. O programa político de reivindicações instaurou um novo padrão do funcionamento universitário: docência livre, concursos dos professores, ingresso irrestrito, liberdade de pensamento e de cátedra, cátedras livres e paralelas, autonomia e co-governo universitário. Os princípios da Reforma Universitária vão guiar a existência e a história contraditória da universidade argentina até a contemporaneidade.

Neste processo histórico e social, a profissão de Trabalho Social se institucionaliza como carreira universitária e como profissão necessária social e politicamente, para os objetivos do Estado. Vários autores profissionais (ALAYON, 2007; OLIVA, 2007, PARRA, 1999), concordam que a partir da década de 1920 a criação dos primeiros centros de formação profissional na Argentina se deu no âmbito da universidade pública estatal e gratuita: “os cursos de Visitadoras de Higiene da Faculdade de Ciências Médicas criados em 1924” (ALAYON, 2007, p.130). Estes cursos de Visitadoras de Higiene constituíram a primeira formação profissional. As lutas da classe trabalhadora deste período geraram a resposta do Estado do financiamento público (OLIVA, 2007) para as necessidades sociais da classe trabalhadora e variada criação de organismos estatais onde os Trabalhadores Sociais tiveram seu desenvolvimento profissional na execução da política social. Em 1957, o governo de Arturo Frondizi encomendou a orientação teórica e política da profissão de Trabalho Social à Administração de Assistência Técnica das Nações Unidas¹⁴; porque “o desenvolvi-

13 Abertura do “internado” do Hospital Nacional de Clínicas – fechado pelas autoridades universitárias-, mudança do regime de assistência às aulas, as críticas ao regime disciplinar, a organização docente, os currículos e a fechada elite clerical.

14 Cargo assumido por Valentina Maidagán de Ugarte, que estudou, recopilou e reorganizou os programas de ensino de Serviço Social existentes na Argentina.

mento necessitava técnicos capacitados para agir a perspectiva da planificação e desenvolvimento de comunidades” (PARRA, 1999, p. 223).

As contradições das ações populares, as idéias da modernização, de libertação e criação de organizações armadas, nas décadas de 1960 e 1970, aglutinaram os jovens na militância nos bairros pobres, processo combinado com a politização da ação católica, a integração do peronismo nas ações armadas e o marxismo com o nacionalismo católico. O “Onganiato”¹⁵ fracassou diante do processo de mobilizações e da unidade estudantil-operária expressa no “Cordobazo”; mas continuou a intervenção na universidade pública e estatal no governo de Hector Jorge Cámpora em 1973. A Lei Universitária de 1974 em acordo com as idéias do peronismo especificou que a Universidade ‘fosse nacional, contribuir para estabelecer a independência tecnológica e econômica, e elaborar uma cultura de caráter autóctone, nacional e popular’ (BUCHBINDER, 2010, p. 203). José Lopez Rega, Ministro de Bem-Estar Social, programou a Aliança Anticomunista Argentina, - conhecida como ‘Tripló A’- e antecipou a política de sequestros e assassinatos de dirigentes populares, sindicais, estudantis, etc.; ou seja, foram preparadas as condições históricas do seguinte golpe militar de Jorge Rafael Videla, de 1976. Esse projeto do “Tripló A” se sustentou na ruptura de Perón com a mobilização popular, no momento que esse movimento popular possibilitou a chegada de Perón à Argentina. O governo genocida desenvolveu massivamente a estratégia de aniquilamento da classe trabalhadora combativa e de luta, instalou o processo de endividamento da Argentina e destruição da educação, da universidade e da ciência. Nas palavras de Guerrero (2009, p. 426) “todo o mundo veja-se obrigado, quem mais, quem menos, situar-se no espaço das ‘instituições”.

Portanto, a formação profissional não esteve isenta dessas orientações teórico-políticas; particularmente, na UNCo, no período inicial da década de 1970, dominado por intrigas e disputas políticas, mudanças de autoridades da própria universidade, do Ministério de Educação e do governo da Província de Neuquén. Em janeiro de 1974, o interventor Remus Tetu¹⁶ as-

15 Denominação popular e política dada ao período ditatorial de Juan Carlos Onganía.

16 Remus Tetu foi destituído por decisão acadêmica da Universidade Nacional do Sul (Bahia Blanca, Província de Buenos Aires) em 1973. Não se conhecia o currículo dele e sabia-se de sua colaboração no Governo da România pro - nazista e sua participação na resistência anticomunista de 1945 na Argentina (Zambón, 2008, p. 118-9). Na região, “a nomeação de Remus Tetu teve o consenso dos dirigentes das “62 Organizações Peronistas”

sumiu o Reitorado da UNCo no contexto da intensa agitação e tensão política geral, da atuação do ‘Triplo A’, medidas de perseguição, repressão e ações guerrilheiras, principalmente de Montoneros, e as Universidades constituíram reflexo dessa agitação¹⁷. Os objetivos de Remus Tetu foram corrigir a “alteração da ordem pública (...) o conflito insolúvel da Universidade Nacional e a subversão contra os poderes da Nação” (Conferência de imprensa de Remus Tetu, *Jornal Rio Negro* de 17 de Janeiro de 1974, *apud* QUINTAR *et. al.*, 1998). Eliminou o ingresso irrestrito, mudou as condições de acesso dos estudantes na UNCo e deu prioridade a carreiras curtas de 2 ou 3 anos de formação; fechou Institutos, limitou direitos trabalhistas e desconheceu as organizações estudantis e sindicais dos empregados da UNCo, também realizou uma limpeza política ideológica geral a partir de exonerações, expulsões de estudantes, demissões de 77 docentes e de 47 trabalhadores não docentes. Reforçou os serviços de segurança e vigilância e contratou Raul Antônio Guglielminetti¹⁸, homem dos serviços de inteligência e vinculado à ‘Triplo A’, acusado de ameaças e de perseguição. Raul Antônio Guglielminetti foi o guarda-costas de Remus Tetu (ZAMBÓN, 2008).

Em dezembro de 1974 estabeleceu uma orientação política de proibição e eliminação acadêmica e curricular através da Resolução N° 0059 de 6 de Fevereiro de 1975¹⁹. Enquanto, a carreira de SS/TS do Módulo Neuquén passou a ter dependência da Faculdade de Humanas, segundo a

(Enrique Ghiselli, Enrique Alippi e Mario Conde) ao pedir às autoridades nacionais dessa organização, a seu Secretário Geral Lorenzo Miguel, a confirmação de Remus Tetu como interventor. O pedido se fundamentava na tarefa realizada ‘quem com seu acionar patriótico, decidido e inteligente, liberou a Universidade Nacional do Comahue do extremismo marxista’” (*Jornal Rio Negro*, 21 de agosto de 1975, *apud* QUINTAR *et. al.*, 1998, p. 64).

17 Enquanto, em nível nacional, segundo Buchbinder (2010), se nomeava Oscar Ivanissevich Ministro de Educação de Argentina em 1974, “identificado como pertencente a um dos setores mais conservadores do peronismo, de imediato realiza-se a intervenção de várias universidades” (p. 205), como Alberto Ottalagano na UBA, e Remus Tetu, provenientes da direita peronista.

18 Contrato de um ano por Resolução “I” N° 0307 de 25 de Março de 1975. Noemi Labruno (2005) relata a participação de Guglielminetti nos interrogatórios e seqüestros realizados pela Polícia Federal na cidade de Neuquén (LABRUNO, 2005, p.17 - 21).

19 Os aspectos mais relevantes dessa Resolução se referem à eliminação de “tudo o que não se ajuste ao universalmente admitido e que constitua uma prática prejudicial à segurança do país, sua paz interna e harmoniosa convivência entre os argentinos”; finalizar “todas as experiências e inovações pedagógicas e didáticas” e sancionar “toda transgressão às presentes disposições”.

Resolução “I” Nº 1140, de 8 de agosto de 1975, assinada por Remus Tetu, sob argumento da existência de afinidade com Faculdade de Humanas, por razões de economia, funcionalidade e compartilhar o mesmo edifício na cidade de Neuquén. Portanto, na ditadura, o epicentro foi na carreira de SS/TS, com seqüestros e desaparecimentos de estudantes e docentes de SS/TS²⁰. Em 1976, o novo plano de estudos de SS/TS não abriu cursos com menos de seis alunos e o Professor Enrique Di Carlo foi designado Diretor do Departamento de Serviço Social pelo interventor militar da UNCo. O processo ditatorial marcou os silêncios universitários e o retraimento da vida acadêmica; segundo Quintar *et. al.* (1998) foram priorizados estudos técnicos para factibilidade da economia, estudos médicos e jornadas de pesquisa, aplicação e debates das psico – matemáticas; “a ausência de capacitação em ciências sociais foi notável, somou-se fechamento da carreira de SS/TS em 1977 por redução de matrícula” (QUINTAR *et. al.*, 1998, p. 69).

Ainda que a ‘abertura da democracia’ de 1983, na Argentina, instalasse outras condições para renovar discussões de traumáticos problemas e da vida universitária, políticos, empresários, sindicalistas e o próprio Estado traçaram a estratégia de descentralização, deterioração e destruição da educação pública, estatal e gratuita. As transformações produzidas deixaram intactas as marcas ditatoriais; a destruição educacional e das condições de vida da classe trabalhadora se aprofundaram a partir da estreita relação do Estado argentino com os organismos financeiros internacionais. Na década de 1990, a legislação educacional aprovada (Lei Federal da Educação Nº 24.195, 1993²¹ e Lei de Educação Superior (LES) Nº 24.521 de 1995, vigente até hoje) transformou o conjunto das relações universitárias e educativas, a organização curricular e os conteúdos, a ciência e tecnologia, e foram progressivamente tornados serviços mercantis. Estas

20 As forças armadas organizaram as Províncias de Rio Negro e Neuquén como “Subzona 52” - parte da zona V de Segurança que incluía toda Patagônia -. Organizaram os seqüestros e os desaparecimentos de 32 pessoas, através do operativo militar. Na semana de 9 a 15 de Junho de 1976, a docente Susana Mujica e as estudantes de Serviço Social de Neuquén: Arlene Seguel, Cecilia Vecchi, Mirta Tronelli foram seqüestradas e desapareceram; Gladys Sepúlveda, Elida Sifuentes e Nora Rivera sobreviveram. Para ampliação do terrorismo de Estado: Labruno Noemi “Buscados, Represores Del Alto Valle y Neuquén”, Neuquén: EDUCO, 2005.

21 Esta lei transformou o sistema educativo em 24 jurisdições educativas com 54 sistemas educativos. Foi substituído pela nova Lei Nacional de Educação Nº 26.206/06, aprovada pelo Parlamento, no ano de 2006, restituindo a estrutura educativa da década de 1990.

mudanças foram resultado das recomendações do Banco Mundial (BM) e FMI e negociação do Estado com a direção dos sindicatos docentes nacionais, no momento das grandes mobilizações contra os diversos projetos de leis, desmontadas pela burocracia sindical. Em consonância com as tendências mundiais, criou-se uma estrutura burocrática de ensino superior, de pesquisa e tecnologia²² e uma profusa abertura de novas universidades privadas e estatais em igualdade de direitos conforme a LES. A expressão dessa estrutura burocrática foi a Comissão Nacional de Avaliação e Credenciamento Universitário (CONEAU)²³. Diversos programas separaram a relação ensino-extensão e pesquisa; exemplo disso o ‘Fundo de Melhoramento da Qualidade Educativa’ (FOMECA), o Programa de Incentivos para os docentes pesquisadores sob uma categorização dos professores. O adicional salarial provocou diferenciação entre os docentes universitários e fratura na classe trabalhadora.

Sem dúvida a crise da universidade argentina tem sido enfrentada historicamente por grandes lutas estudantis e de docentes em relação ao orçamento financeiro, aos baixos salários e às condições de trabalho, de ensino, pesquisa e “democratização”. Tedesco (1980) caracterizou que “a universidade já não garante o acesso a postos de trabalho de prestígio social e alta renda, nem qualidade dos conhecimentos e não consegue transformar-se num âmbito gerador de novos conhecimentos” (p. 190). O impacto destas condições históricas na formação de SS/TS terá conseqüências prejudiciais no ensino e exercício profissional, não só pelas contrarreformas estatais, senão pela estagnação das organizações políticas profissionais²⁴.

22 No ano 2001 criou-se o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação com objetivos próprios da política científica e tecnológica nacional e transformada em Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva em Dezembro de 2007.

23 Organismo descentralizado no âmbito do Ministério de Cultura e Educação. Criado em 1996 pela Lei de Educação Superior para definir a criação de novos projetos de universidades e permanência no sistema das instituições universitárias, carreiras de graduação e de pós-graduação (especializações, mestrados e doutorados). A permanência no sistema está vinculada às certificações e avaliações institucionais externas e apresentação de documentação para provar a eficácia da universidade, cada seis (6) e três (3) anos. Informação ampliada disponível: <http://www.coneau.gov.ar/coneauhtml/index.html>. A resistência e lutas dos docentes e estudantis na Argentina contra a intervenção da CONEAU constituem um processo constante de conflitos nas universidades, faculdades e carreiras, com debates, ocupações e mobilizações universitárias.

24 Federação Argentina de Associações Profissionais de Serviço Social (FAAPSS) e Federação Argentina de Unidades Acadêmicas de Trabalho Social (FAUATS).

Crise sociopolítica da Argentina: contradições e tendências do ensino profissional

A relação histórica do Estado da Argentina com o capital financeiro internacional gerou permanente instabilidade político-social e crises econômicas, processos inflacionários e desaceleração industrial. No início do século XXI, o governo aprofundou as privatizações, paralisação da economia e indústria, aumento crescente do desemprego e cessação de pagamentos da dívida externa, denominado “default”²⁵. A crise sociopolítica encontrou o terreno de disputa do poder de Estado pelas classes sociais a partir da queda do governo de Fernando De La Rúa pela rebelião popular, de dezembro de 2001, porque ainda que a classe trabalhadora unificasse métodos de ação direta e reivindicações dos desempregados e trabalhadores ocupados, a iniciativa do poder de ocupar a vaga do Estado foram da burguesia e sua aliança com o capital financeiro. Deste modo, o governo de Nestor Kirchner (2003-2007) renovou o nacionalismo popular burguês, reorganizou a violência institucional do Estado e continuidade do empobrecimento da população com novos programas sociais, no contexto da tendência descendente da taxa de mais-valia e internacionalização da flexibilização e precarização do trabalho e das formas mais concentradas do capital financeiro. Mercantilização, descentralização, precarização e criminalização do protesto social foram as idéias do capital financeiro sustentadas pelo governo da Argentina.

Essas condições da primeira década do século XXI aprofundaram as contradições da universidade pública e estatal e a orientação mercantilista

25 A maioria da bibliografia circulante em relação a desenvolvimento da crise política argentina, com diferentes pontos de análise, expressa as conseqüências das privatizações, a incidência da “febre” de mega-fusões das corporações internacionais e a crescente desagregação e exclusão dos trabalhadores do mercado de trabalho. Rieznik analisa no Artigo “Argentina: bancarrota econômica, dissolução social e rebelião popular” do ano 2002, que “a reestruturação da dívida externa foi uma das transformações paradigmáticas do final do século XX; quando a Argentina ingressa novamente em cessação de pagamentos, a dívida externa era de 150.000 milhões de dólares (...). Os princípios do ano 2001, a fuga de capitais foi de 25.000 milhões de dólares em reservas e depósitos e no exterior os grandes proprietários tinham ativos superiores a 100.000 milhões de dólares”. Oviedo (2004) refere cifras de 18% a 25% de desemprego e, em cidades de províncias do interior do país, as cifras foram maiores. Cademartori e outros (2007) examinam os dados da precariedade dos salários e as condições de trabalho dos Trabalhadores Sociais da Argentina: 47% de pluri – emprego.

educacional da Argentina. O Estado preocupou-se por envolver as Ciências Sociais na estratégia de desenvolvimento da cooptação nacional; em relação à utilização das capacidades científicas na elaboração de projetos e estratégias vinculadas ao ‘mercado do conhecimento’ e na incorporação das carreiras das Ciências Sociais no credenciamento da CONEAU. Essas transformações tiveram grandes influências na formação profissional de SS/TS e penetraram, com intensidade, deformações teóricas, práticas focalizadas e limitados horizontes teórico - críticos na profissão de Trabalho Social²⁶. No quadro do subdesenvolvimento das Ciências Sociais, a Secretaria de Políticas Universitárias – SPU - do Ministério de Cultura e Educação (MEC) da Argentina projetou a perspectiva para que as Ciências Sociais possam integrar-se, plenamente, à LES. Portanto, aprovou-se o “Programa de Apoio às Ciências Sociais” (PROSOC) para as carreiras de Licenciaturas de Trabalho Social, Sociologia, Comunicação Social e Ciências Políticas, para os anos 2008-2010²⁷. O financiamento específico²⁸ para as Ciências Sociais, a partir da vigência da LES, foi adicional da política orçamentária nacional universitária. Este processo se desenvolve no contexto ampliado de diversos programas de apoio às ciências da SPU²⁹.

26 Nas conclusões elaboradas pelas Coordenadoras do Encontro Acadêmico Nacional da FAUATS de 1995 com eixo “A Especificidade do Trabalho Social e a Formação profissional”, Nora Aquín e Margarita Rozas “ratificam que o coletivo profissional se constitui numa “colagem”, no sentido das discussões dicotômicas: prática/teoria, ser/dever ser; fazer/conhecer; intervir/investigar; academia/exercício, tudo mediado por um versus” (ROZAS, AQUIN, 2010 p. 85).

27 Firmaram-se 31 convênios: entre a SPU e *Universidades / Institutos Universitários*: Buenos Aires, Centro da PBA, Catamarca, Chilecito, Comahue, Córdoba, Cujo, Entre Rios, Formosa, Geral San Martín, Geral Sarmiento, Jujuy, La Matança, Lanús, La Plata, La Rioja, Litoral, Lomas de Zamora, Luján, Mar del Plata, Misiones, Patagônia Austral, Patagônia S. J. Bosco, Quilmes, Rio Cuarto, Rosário, Salta, San Juan, São Luis, Santiago do Estero, Tucumã, Villa Maria. Informação disponível em: <http://www.me.gov.ar/spu/guia_tematica/CALIDAD/calidad_prosoc.html>.

28 A Resolução N° 142/SPU de 4 de Março de 2008 (assinada por Alberto Dibbern, Secretário de Políticas Universitárias, Ministério de Educação) estabelece o financiamento do PROSOC de \$ 3.186.177 para o primeiro ano de execução. Desse montante financeiro as Universidades Nacionais que receberam valores maiores foram Buenos Aires, Cujo e São Juan com \$ 180.000, Comahue recebeu \$ 90.000 (um total de \$ 180.000).

29 Esses programas foram: 1) os Programas de Apoio: a Formação de Técnicos Informáticos, para as Carreiras de Ciências Exatas e Naturais, Econômicas e Informática (PACENI), as carreiras de Humanidades (PROHUM); 2) os Programas de Melhoria do Ensino da Engenharia (PROMEI I-II), Agronomia (PROMAGRO), Farmá-

Os objetivos do PROSOC foram: produzir renovação infraestrutural, reformas curriculares³⁰, aumentar as dedicações aos docentes universitários e desenvolver a pós-graduação³¹.

Particularmente, em Comahue, o currículo vigente na carreira da Licenciatura em Serviço Social é o Plano de Estudos N° 0140/85³², direcionando a formação profissional universitária regional até a atualidade. Corresponde assinalar, que na Argentina, apesar das diretrizes nacionais discutidas na FAUATS, não existe um currículo único nacional. Em 25 anos, essa orientação curricular vigente sofreu várias alterações nos posicionamentos teóricos e políticos do ensino profissional. As idéias teóricas sustentadas por Natalio Kisnerman (1998) sobre o pluralismo do diálogo dos distintos modelos e teorias, vinculados ao paradigma da “complexidade”, com alcance ao enfoque hermenêutico, interacionista, fenomenologia, teoria sistêmica, construtivismo, gerência social e desenvolvimento local, é expresso nos programas de ensino das disciplinas. As correções e adequações profissionais na formação, no contexto de desenvolvimento da democracia do “Estado de Direito” e de reivindicações dos juízos aos genocidas, colocaram ênfase institucionalista e trans-disciplinar na formação. A ‘ruptura’ das fronteiras do conhecimento e os novos paradigmas de “complexidade” invadiram a formação com abordagens situacionais e produção de

cia e Bioquímica (PROMFYB), Veterinária (PROMVET), Arquitetura (PROMARQ); 3) os Projetos de Articulação para Formação Nível Inicial e Integração docente; e 4) Projetos de apoio à criação de novas universidades. Disponível em: Programas de qualidade universitária: http://www.me.gov.ar/spu/guia_tematica/CALIDAD/calidad.html

30 O PROSOC está formado por “*Componentes financiados*”: Gestão e seguimento de alunos e graduados; Capacitação do pessoal administrativo e técnico; Reformulação de estruturas de conteúdos e práticas pedagógicas; apoio ao melhoramento da formação prática; Apoio ao Intercâmbio de docentes, estudantes e pessoal técnico; desenvolvimento e melhoramento da formação dos recursos humanos acadêmicos; Consolidação de corpo docente através da ampliação de dedicações. Informação disponível em: http://www.me.gov.ar/spu/guia_tematica/CALIDAD/calidad_prosoc.html

31 O PROSOC foi desenvolvido em três (3) etapas: PROSOC I para desenvolver infraestrutura e mudanças curriculares, PROSOC II para aumentos de dedicações das categorias dos cargos docentes e PROSOC III, programa doutoral para apoiar a realização e/ou continuidade de pós-graduação nas Ciências Sociais.

32 Através do Expediente N° 3716/84 a Faculdade de Direito e Ciências Sociais - FADECS elevou novo Plano de Estudos da carreira de Serviço Social, o Conselho Superior Provisório da UNCo, a Comissão de Docência e Assuntos Estudantis do Conselho Superior Provisório debateram este tema e recomendaram sua aprovação.

diagnósticos porque se argumentava que as relações sociais correspondiam a uma época de globalização, de otimização de recursos e de integração da teoria à prática. Os processos político-teóricos de descentralização, flexibilização e especialização, sem debates nem crítica dos conteúdos centrais, contribuíram para a dissociação educativa através de ‘níveis de abordagem’ (grupos, comunidade, família e instituição). A persistência da fragmentação entre disciplinas teóricas e práticas expôs a centralidade do indivíduo, isento de contradições e de história; onde as estratégias pedagógicas do ensino, centradas por níveis e etapas, desenvolveram no aluno a idéia de que a prática é ‘a – histórica’, e, em todo caso, a história começa com ele.

O debate dos fundamentos teórico-metodológicos se vinculou contraditoriamente a essa amálgama de correntes teóricas, onde se destaca o pós-modernismo; porque esse paradigma propunha a queda da ciência e do projeto moderno de civilização, enfim, a “crise da modernidade” (SOARES SANTOS, 2007). O questionamento do pós-modernismo centra-se no fracasso da modernidade, as meta-narrativas, as grandes teorias universais para dar conta da realidade; e, portanto, a substituição pelo fragmento, pelas partes dessa realidade social, o micro-social, a interconexão entre paradigmas diversos, etc.³³. Esse movimento teórico do pós-modernismo conformou a “intelligentsia” formadora do pensamento e argumentações teóricas profissionais e das ciências sociais. No pós-modernismo também confluíra “a pulverização do ‘campo socialista’ como causa mais visível da retirada do marxismo de um setor da intelectualidade em América Latina; porém, converge essa deserção com o fenômeno específico de (re) acomodação social de um setor de acadêmicos que saltou da cátedra para o Ministério” (KATZ, 1992, p. 192).

Nos avanços da crise capitalista e universitária, cada cátedra universitária de SS/TS de Comahue se transformou em um ‘nicho’ acadêmico. Além do mais, a crise geral constituiu o ponto de inflexão para instalar debates e iniciativas da perspectiva da “formação crítica e histórica”.

33 Tonet (2004) no artigo “Pluralismo Metodológico: falso caminho” aponta que “a variedade das propostas metodológicas a serem interconectadas, a gosto de cada um, atualmente, é digna de um supermercado. A título de exemplo: anarquismo metodológico, individualismo metodológico, desconstrutivismo, método de escolha racional, teoria dos jogos, teoria do gênero, marxismo analítico, microteoria, teoria da ação comunicativa, teoria das trocas, abordagem culturalista, interacionismo simbólico, acionalismo, etnometodologia, etc. ao lado dos mais antigos, como funcionalismo, marxismo, fenomenologia, hermenêutica”.

A associação e articulação de docentes e cátedras com os interesses, as experiências de lutas dos trabalhadores e reivindicações, a quebra das empresas e ocupação pelos operários, as lutas sindicais e o enfrentamento à burocracia sindical, a própria crise universitária, etc. puseram em discussão o currículo, conteúdos, práticas pré-profissionais, centros de estágios, etc. em uma conjuntura histórica profissional em relação ao estatuto assalariado do Trabalhador Social e a profissão inserida na divisão social do trabalho, sob incorporação das análises de inspiração marxista na profissão, especificamente, as contribuições provenientes do Serviço Social brasileiro.

A incorporação de bibliografia inspirada no marxismo, os textos da Biblioteca Latino-americana de Serviço Social da Cortez Editora, a criação do Serviço Social em fábricas ocupadas pelos trabalhadores, exemplo disso, a Fábrica de Cerâmicos Zanón, projetos vinculados aos movimentos sociais e unidade da formação e exercício profissional e a criação da Cátedra Paralela³⁴ para uma disciplina do último ano do ensino profissional, sob os princípios da Reforma Universitária de 1918 e orientação marxista, confluíram para pertinentes discussões em diálogo com a teoria marxista. A Cátedra Paralela constituiu um pólo de resistência teórico-metodológica ao incorporar a concepção materialista-histórica no ensino e nas aulas. Favoreceu a crítica das correntes teóricas agrupadas no pós-modernismo e a concepção histórico-dialética dos clássicos do marxismo, em relação a categorias teóricas fundamentais para compreender o lugar que ocupava a profissão de Trabalho Social no sistema social capitalista, e tencionou as polêmicas teórico-metodológicas entre os docentes do Departamento de Serviço Social da UNCo.

Algumas conclusões

Considera-se que o processo de institucionalização da formação profissional de SS/TS da região Comahue tem sido condicionado pelas determinações estruturais da expansão capitalista e pelas contradições do processo da “provincialização” em torno da configuração da “questão social” regional, a particularidade do movimento da Reconceituação regional e as disputas interprovinciais na configuração da Universidade Nacional de

34 A Cátedra Paralela, denominada Cátedra II da disciplina teórico-prática “Seminário de Serviço Social com Residência Institucional”, de 500 horas anuais, aprovada em Julho do ano 2004.

Comahue. Esse processo formativo teve diversas mudanças teórico-metodológicas, especialmente no início do século XXI no cenário de crise capitalista do poder de Estado e colapso da economia e da educação universitária e geral.

As estratégias de fragmentação da relação ensino, extensão e pesquisa que atinge a totalidade da universidade pública e estatal se evidenciaram na manutenção do currículo por níveis de “abordagem”. A noção de “indivíduo” e “instituição” passou a ocupar um lugar de relevância, no interior do ensino, dirigida pelos próprios professores, desde a época do fim da Reconceituação e da política educativa ditatorial. As reformas curriculares e as políticas mercantilistas e de privatizações da educação universitária concorreram para que a reposição teórica (neo) conservadora no ensino profissional se unificasse ao pós-modernismo, onde a reivindicação da “democratização” universitária é colocada de forma permanente diante da deterioração do ensino superior pela perda dos princípios fundamentais da Reforma Universitária de 1918. As recomendações internacionais do BM e FMI e as diretrizes do Estado de enfrentamento da “questão social” incidiram na formação, através da focalização das políticas sociais e microanálise dos projetos nas práticas da formação. Além do PROSOC na primeira década do século XXI, a impossibilidade de mudar o currículo se relaciona ao desenvolvimento do antagonismo entre tendências teórico-metodológicas e aos posicionamentos políticos – pedagógicos dos docentes e os objetivos históricos institucionais da UNCo, evidenciando que o propósito de reforma curricular não constituiu uma construção real profissional.

As orientações teórico-políticas vinculadas organicamente à tendência pós-moderna do ensino expressaram a tendência antimarxista de ensino. O antimarxismo repousou historicamente no anticomunismo, propósitos do peronismo, da ditadura e dos partidos políticos do capital. Assim, fomentou-se, especialmente desde o peronismo e seus diversos deslocamentos de “renovação”, uma educação e cultura populista da justiça social perpassando a direção das profissões universitárias. Neste sentido, as organizações políticas da categoria profissional na Argentina e formação recebida por seus dirigentes se entrelaçaram precisamente ao peronismo e suas variantes de “renovação” e não ao marxismo.

A perspectiva (neo) conservadora pós-moderna do ensino colidiu, no período analisado, com o ingresso de uma perspectiva crítica da formação

profissional que impulsionou a teoria social marxista, propugnou a dimensão política da profissão, a mudança na visão da intervenção pré e profissional, a articulação com as necessidades e lutas da classe trabalhadora regional e as bandeiras da democratização universitária nacional. A criação da Cátedra Paralela foi parte do processo de resistência teórica e política, do conhecimento universal e criação de relações de poder na educação com a classe trabalhadora, porque na universidade, o questionamento ao pensamento unilateral, único, não só constituiu um processo de compreensão da onilateralidade do homem, senão a compreensão da educação e universidade como totalidade e campo de luta política de classes.

Referências Bibliográficas

ALAYON, Norberto. *Historia del Trabajo Social Argentino*, 5ª edición, Buenos Aires: Editorial Espacio, 2007.

BUCHBINDER, Pablo. *Historia de las Universidades Argentinas*, 2ª edición, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2010.

CADEMARTORI, Fiorella, CAMPOS, Julia e SEIFFER, Tamara, *Condiciones de trabajo de los Trabajadores Sociales. Hacia un proyecto profesional crítico*, Buenos Aires: Espacio Editorial, 2007.

GUERRERO, Alejandro. *El peronismo armado. De la resistencia a montoneros. De la Libertadora al exterminio*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2009.

HELLER, Pablo. *El oscurantismo posmoderno*. Revista En Defensa Del Marxismo, Nº 24, Año 8. Buenos Aires: Ediciones Rumbos, 1999.

INSTITUTO SUPERIOR DE SERVICIO SOCIAL DE RIO NEGRO, *Memórias*, Geral Roca, 1970.

KATZ, Claudio. *Economía latinoamericana, De la década perdida a la nueva crisis*. Buenos Aires: Ediciones Letra Buena S. A., 1992.

KISNERMAN, Natalio. *Pensar el Trabajo Social. Una introducción desde el construccionismo*, Buenos Aires: Lumens Humanitas Ediciones, 1998.

LABRUNE, Noemí. *Buscados, Represores Del Alto Valle y Neuquén*, Neuquén: EDUCO, 2005.

MOLJO, Carina Berta. *Trabajadores Sociales en la historia. Una perspectiva transformadora*. Buenos Aires: Editorial Espacio, 2005, pp. 197-198.

OLIVA, Andrea. *Trabajo Social y lucha de clases. Análisis histórico de las modalidades de intervención en Argentina*. Buenos Aires: Editorial Imago Mundi, 2007

OVIEDO, Luis. *Una historia del movimiento piquetero. De las primeras Coordinadoras al Argentinazo*. Buenos Aires: Ediciones Rumbos, 2004, 2ª edición.

PARRA, Gustavo. *Antimodernidad y Trabajo Social. Orígenes y Expansión del Trabajo Social Argentino*, Departamento de Ciencias Sociales, Editor responsable: Secretaría de Bienestar y Extensión Universitaria, Departamento de Publicaciones e Imprenta, Universidad Nacional de Luján, 1999.

PONCE, Aníbal. *Educación y Lucha de clases*, Buenos Aires: Ediciones El viento en el mundo, 1972.

QUINTAR, Juan *et. al.*, “La Universidad Nacional del Comahue en los años 70: de la rebelión creativa a la reacción autoritaria”, *In: BANDIERI, Susana (coord.). Universidad Nacional del Comahue, 1972-1997, Una Historia de 25 años*, Neuquén: EDUCO, 1998.

REPETTI, Gustavo. *Reflexões sobre o Serviço Social Argentino: A formação profissional sob os impactos do peronismo original, de 1943 a 1955*. Tese de Doutorado em Serviço Social. UFRJ, 2013.

RIEZNIK, Pablo. “Argentina: Bancarrota económica, disolución social e rebelión popular”, Dossier: Principio y Fin ¿La última crisis del capitalismo argentino? Razón y Revolución N° 9, otoño de 2002, Reedición electrónica.

ROMERO, Luis Alberto. *Breve Historia contemporánea de la Argentina*, 16ª reimpresión, 2ª edición ampliada, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A., 2009

ROZAS, Margarita; AQUIN, Nora. “Conclusiones elaboradas por las Coordinadoras Académicas”, *La especificidad del Trabajo Social y la Formación Profesional*, Encuentro Académico Nacional de la Federación Nacional de Unidades Académicas de Trabajo Social (FAUATS), Buenos Aires: Espacio Editorial, 2010, pp. 83- 92.

RUFFINI, Martha. “Peronismo, Territorios Nacionales y Ciudadanía Política. Algunas reflexiones en torno a la provincialización”. *Revista Avances del Cesor*, Año V, N° 5, 2005; pp. 132-148. Universidad Nacional de Rosario, Facultad de Humanidades y Artes, Escuela de Historia, Centro de Estudios Sociales Regionales. Disponible em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/argentina/cehepyc/ruffi.rtf>>. Acesso em: 15 Nov. 2013.

SIEDE María Virginia. *Algunos trazos sobre la Re-conceptualización en Argentina. Reflexiones sobre sus proyecciones en la contemporaneidad profesional.* Trabajo presentado en el II Encuentro “Enseñar historia y hacer historia”, Enseñanza-Aprendizaje de la historia del Trabajo Social, Departamento en Trabajo Social, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Nacional de San Juan, Abril 2005. Disponível em: <<http://luismariafrum.blogspot.com.ar/2010/09/algunos-trazos-sobre-la.html>> Acesso em: 09 Dez. 2013

SOARES SANTOS, Josiane. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro.* São Paulo: Cortez Editora, 2007.

TEDESCO, Juan Carlos. *Conceptos de sociología de la educación,* Buenos Aires: Centro Editor de América Latina S.A., 1980.

TONET, Ivo. *O Pluralismo Metodológico: um falso caminho.* In Serviço Social e Sociedade. ABEPSS, Editora Cortez, 2004.

ZAMBÓN, Humberto. *La misión Remus Tetu en el Comahue,* Neuquén: Editorial de la Universidad Nacional del Comahue (EDUCO), 2008.

* Silvia América Mansilla é doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2014), e profesora adjunta regular concursada da Universidad Nacional del Comahue (Argentina).

<mansilla_silvia@yahoo.com.ar>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Andréa Teixeira
VICE-DIRETORA
Sheila Backx
DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)
José Paulo Netto (ESS - UFRJ)
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)
Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Carlos Montaña (ESS-UFRJ)
Fátima Grave (ESS-UFRJ)
Yolanda Guerra (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal), Ana Elizabete Mota (UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS), Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga (PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra), Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete Simonatto (UFSC-SC), José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim (UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-RJ), Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA), Maria das Dores Campos

Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy (EHESP-França), Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP), Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra), Valéria Forti (UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP), Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho
Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

Foto de capa: Marcelo Camargo/Abr